

This file has been cleaned of potential threats.

If you confirm that the file is coming from a trusted source, you can send the following SHA-256 hash value to your admin for the original file.

92174fa3d12f57cb04c55932f1b3a09da38238ebfc488fcf5f268e1c7ec10daf

To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

<https://abori.com.br/amazonia/incendios-florestais-aumentaram-no-sudoeste-da-amazonia-apos-novo-codigo-florestal/>

Incêndios florestais aumentaram no Sudoeste da Amazônia após novo Código Florestal..



20 de dezembro de 2022 [SALVAR LINK](#)



Coordenação-Geral de Observação da Terra/INPE / Flickr

Compartilhe este conteúdo

[Share on Facebook](#) [Share on WhatsApp](#) [Share on Twitter](#) [Share on Pinterest](#) [Share](#)

Highlights

- Aumento de Incêndios florestais no sudoeste do Amazonas foi de 66% em 2012, data de aprovação do novo Código Florestal, para 84% em 2019, ano de pico de áreas afetadas pelo fogo
- Áreas protegidas atuam como barreira contra a ocorrência de incêndios florestais, mas alterações na paisagem, como a BR-317, têm causado o aumento de queimadas nestas regiões
- O avanço da agropecuária na região de estudo causou o aumento da tendência de desmatamento de 15% em 2012 a mais de 90% em 2019, provocando aumento de áreas queimadas

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e desempenha um papel importante na regulação do clima global. Porém, o desmatamento contribui com a alteração dos ciclos das chuvas, provocando a intensificação da estação seca, o que aumenta a extensão da vegetação nativa afetada por incêndios florestais. O crescimento contínuo das queimadas em Boca do Acre (AM) foi de 66% em 2012, ano de aprovação do novo Código Florestal, para 88% em 2019. As informações são de pesquisa realizada por cientistas do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) em parceria com outras instituições nacionais e internacionais, e publicada nesta terça (20) na revista “Fire”.

A pesquisa analisou dados de satélite das áreas queimadas entre os anos 2003 e 2019, em uma nova fronteira do desmatamento, no Sudoeste do Amazonas. Após o cruzamento dos dados, os cientistas ponderaram as informações acerca do clima, cobertura do solo, imóveis rurais e áreas protegidas. “O objetivo do estudo foi fornecer uma avaliação abrangente da extensão espacial e padrões de áreas queimadas, analisando o que, onde e o quanto mudou, para poder entender o processo do fogo na região do estudo”, explica a pesquisadora Liana Anderson, uma das autoras do estudo. No período estudado, a área anual afetada pelo fogo variou a partir de 33 km² e atingiu pico 681 km² em 2019.

O estudo também buscou compreender o processo das queimadas e os principais fatores que as influenciam. “Observamos a importância das áreas de proteção, como as unidades de conservação e terras indígenas, pois estas servem como barreiras para que o incêndio não adentre as regiões mais preservadas da Amazônia”, aponta a assistente de pesquisa Débora Dutra, que liderou o estudo. Em contrapartida, as áreas de pastagens e agricultura próximo às rodovias, como a BR-317, e as rotas utilizadas para transporte de madeira do desmatamento causam alterações nessas barreiras, deixando a floresta mais vulnerável aos incêndios florestais.

“O desmatamento tem uma relação com o fogo, pois a abertura de novas áreas expõe cada vez mais a floresta”, aponta Liana Anderson. Conforme o estudo, a tendência de desmatamento na região aumentou de 15% em 2012 para 91,60% em 2019. Observou-se também o avanço no desmatamento e do fogo nas áreas de florestas públicas ainda não designadas, indicando a necessidade urgente de políticas públicas para garantir a conservação destas áreas.

Segundo as pesquisadoras, a perspectiva para os próximos anos é um aumento significativo nos focos de fogo na região devido ao aumento do desmatamento e do processo de grilagem de terra, observado no estudo a partir do registro de imóveis rurais em áreas de florestas públicas em que ocorreram processos de desmatamento e incêndios florestais. “Se não tivermos políticas públicas e ações de controle contra atividades ilegais, como a extração de madeira sem autorização e desmatamento, podemos esperar que esta área se torne crítica tanto pelo aumento de conflitos quanto pela perda de serviços ecossistêmicos”, enfatiza Anderson.

Termos de uso

Todos os releases sobre as pesquisas nacionais já publicados na área aberta da Bori (e que, portanto, não estão sob embargo) podem ser reproduzidos na íntegra pela imprensa, desde que não sofram alterações de conteúdo e que a fonte Agência Bori seja mencionada.

Veja como citar a BORI quando for publicar este artigo:

Fonte: Agência Bori

Ao usar as informações da Bori você concorda com nossos termos de uso.

Compartilhe este conteúdo

[Share on Facebook](#) [Share on WhatsApp](#) [Share on Twitter](#) [Share on Pinterest](#) [Share](#)

Publicado na Bori em 20/12/2022, 23:45

[Comunicar erros de português, de informação ou técnicos encontrados nesta página](#)